



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
GUARDA PORTUÁRIA APMC

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Maceió, 04 de agosto de 2025.

MATRIZ DE RISCO

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento, instalação e configuração de sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) / OCR / LPR e Controle de Acesso de pessoas e veículos para atendimento às exigências do ISPS-CODE no Porto de Maceió – APMC.

1. RISCOS RELATIVOS AO TERMO DE REFERÊNCIA E MEMORIAL DESCRITIVO ELABORADOS PELA APMC

ITEM	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE DO IMPACTO	EXPECTATIVA DE OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
1.1	Especificações Inadequadas/Incompletas	O TR ou Memorial Descritivo contém especificações técnicas que não atendem integralmente às necessidades do Porto ou são ambíguas, resultando em propostas desalinhadas ou dificuldades na execução.	APMC	MÉDIO	BAIXA	Revisão detalhada dos documentos por equipe técnica multidisciplinar antes da publicação, com consulta a especialistas, se necessário.
1.2	Dimensionamento Incorreto	O quantitativo de equipamentos (câmeras, servidores, etc.) ou a dimensão da infraestrutura (postes, valas) estão subdimensionados ou superdimensionados, afetando a funcionalidade ou gerando custos adicionais/desnecessários.	APMC	MÉDIO	BAIXA	Realização de estudos de viabilidade e levantamento de campo precisos; validação dos quantitativos por equipe técnica especializada.

1.3	Restrições Técnicas Excessivas	O TR ou Memorial Descritivo apresentam requisitos técnicos muito específicos que podem restringir a competitividade da licitação ou direcionar para um único fornecedor.	APMC	BAIXO	BAIXA	Análise de mercado para identificar tecnologias e soluções equivalentes, garantindo a ampla concorrência sem comprometer a qualidade e a segurança.
1.4	Desatualização Tecnológica	As tecnologias especificadas nos documentos base podem se tornar obsoletas antes da entrega final do projeto, impactando a eficácia e a longevidade do sistema.	APMC	BAIXO	MUITO BAIXA	Previsão de cláusulas contratuais que permitam a atualização tecnológica ou a substituição por equivalentes superiores, desde que aprovado pela fiscalização.

2. RISCOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE DO IMPACTO	EXPECTATIVA DE OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
2.1	Erro na Estimativa de Custos pela Contratada	A empresa contratada subestimar os custos de mão de obra, equipamentos ou infraestrutura, resultando em pedidos de reequilíbrio financeiro ou interrupção dos serviços.	CONTRATADA	ALTO	MÉDIA	Exigência de detalhamento na proposta de preços; análise crítica da planilha de custos pela APMC; previsão de garantias contratuais.
2.2	Não Conformidade dos Equipamentos	Os equipamentos fornecidos pela CONTRATADA não atendem às especificações técnicas	CONTRATADA	ALTO	BAIXA	Exigência de catálogos e certificações dos equipamentos na proposta; realização de testes e "go-live"

		mínimas exigidas no Memorial Descritivo e Termo de Referência.				antes da aceitação final; fiscalização rigorosa durante a instalação.
2.3	Atraso na Entrega/Instalação	A CONTRATADA não cumpre os prazos estabelecidos para entrega e instalação dos equipamentos e sistemas, impactando a operacionalidade do Porto e o cumprimento do ISPS-CODE.	CONTRATADA	MÉDIO	MÉDIA	Estabelecimento de cronograma detalhado com marcos de entrega; aplicação de multas por atraso conforme previsto em contrato; acompanhamento e fiscalização contínuos.
2.4	Falha na Integração de Sistemas	Problemas na integração entre os sistemas de CFTV, OCR/LPR, controle de acesso e demais sistemas existentes (ex: Aduaneiro), comprometendo a funcionalidade global.	CONTRATADA/APMC	MÉDIO	MÉDIA	Exigência de plano de integração detalhado na proposta; testes de interoperabilidade antes da aceitação; designação de equipe técnica qualificada para acompanhamento da integração.

2.5	Dificuldade de Acesso ou Áreas Restritas	Restrições de acesso a determinadas áreas do Porto para a instalação dos equipamentos, causando atrasos ou impedimentos.	APMC/CONTRATADA	BAIXO	BAIXA	Mapeamento prévio das áreas com restrições e definição de procedimentos de acesso claros; agendamento e acompanhamento pela APMC.
2.6	Problemas de Infraestrutura Existente	Infraestrutura elétrica, de rede ou civil existente no Porto que não suporta a nova instalação, exigindo adaptações não previstas.	APMC	MÉDIO	BAIXA	Realização de vistorias técnicas prévias e levantamento da infraestrutura existente; previsão de responsabilidades por adequações no contrato.
2.7	Necessidade de Mão de Obra Especializada	Dificuldade da CONTRATADA em dispor de mão de obra qualificada e certificada para a instalação e configuração dos sistemas complexos.	CONTRATADA	MÉDIO	BAIXA	Exigência de comprovação de qualificação técnica da equipe na fase de habilitação; previsão de cláusulas de substituição de pessoal inadequado.
2.8	Problemas com Licenças de Software	Falta ou atraso na aquisição das licenças de software necessárias para o gerenciamento e operação dos sistemas, impedindo a plena funcionalidade.	CONTRATADA	MÉDIO	BAIXA	Exigência de detalhamento das licenças na proposta; fiscalização do processo de aquisição e ativação das licenças.

3. RISCOS AMBIENTAIS

ITEM	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE DO IMPACTO	EXPECTATIVA DE OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
3.1	Geração Inadequada de Resíduos	A CONTRATADA realiza o descarte inadequado de resíduos da obra (entulho, embalagens, materiais eletrônicos), gerando multas ou passivos ambientais.	CONTRATADA	MÉDIO	BAIXA	Exigência de plano de gerenciamento de resíduos na proposta; fiscalização do descarte adequado, exigindo comprovantes de destinação final.

4. RISCOS LEGAIS E/OU REGULATÓRIOS

ITEM	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE DO IMPACTO	EXPECTATIVA DE OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
4.1	Não Atendimento ao ISPS-CODE	O sistema implementado não atende integralmente às exigências do ISPS-CODE, resultando em não conformidades, multas ou restrições de operação do Porto.	CONTRATADA/APMC	ALTO	BAIXA	Exigência de comprovada experiência da CONTRATADA em projetos ISPS-CODE; validação e certificação do sistema por órgãos competentes após a conclusão; acompanhamento da fiscalização.
4.2	Alterações na Legislação	Mudanças na legislação pertinente ao ISPS-CODE ou normas de segurança durante a execução do contrato, exigindo adaptações no projeto.	AMBOS	MÉDIO	MUITO BAIXA	Previsão de cláusulas contratuais para reequilíbrio econômico-financeiro em caso de alterações legislativas que impactem o contrato.

4.3	Rescisão Contratual por Inexecução	A CONTRATADA não executa as obrigações contratuais, levando à rescisão do contrato e à necessidade de nova licitação.	CONTRATADA	ALTO	BAIXA	Fiscalização contínua; aplicação de penalidades contratuais; execução de garantias contratuais.
-----	------------------------------------	---	------------	------	-------	---

5. RISCOS DA ESTRUTURAÇÃO DA LICITAÇÃO

ITEM	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE DO IMPACTO	EXPECTATIVA DE OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
5.1	Impugnações ao Edital	O edital da licitação contém falhas ou ambiguidades que geram impugnações, atrasando o processo licitatório.	APMC	MÉDIO	MÉDIA	Elaboração minuciosa do edital; revisão jurídica e técnica; disponibilização de canal para esclarecimento de dúvidas.
5.2	Ausência de Propostas Válidas	Falta de empresas interessadas ou propostas que não atendem aos requisitos do edital, resultando em licitação deserta ou fracassada.	APMC	MÉDIO	BAIXA	Ampla divulgação do edital; realização de audiência pública (se cabível); análise de mercado para identificar potenciais licitantes.
5.3	Recurso Administrativo Prolongado	Recursos administrativos interpostos por licitantes, prolongando o processo licitatório e atrasando a contratação.	LICITANTES	BAIXO	MÉDIA	Elaboração de edital claro e completo para minimizar motivos de recurso; análise ágil e fundamentada dos recursos pela comissão de licitação.
5.4	Erro no Julgamento das Propostas	Equívoco na avaliação das propostas (técnica ou de preços),	APMC	ALTO	BAIXA	Definição clara dos critérios de julgamento; capacitação da

		levando à seleção de uma empresa inadequada ou questionamentos judiciais.				equipe de julgamento; parecer técnico e jurídico detalhado para cada etapa.
--	--	---	--	--	--	---

6. RISCOS TECNOLÓGICOS

ITEM	DEFINIÇÃO DO RISCO	DESCRIÇÃO	ATRIBUIÇÃO DO RISCO	INTENSIDADE DO IMPACTO	EXPECTATIVA DE OCORRÊNCIA	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO
6.1	Obsolescência dos Equipamentos	Os equipamentos adquiridos se tornam obsoletos rapidamente após a instalação, comprometendo a eficácia e a necessidade de futuros investimentos.	CONTRATADA/APMC	MÉDIO	BAIXA	Exigência de equipamentos com vida útil projetada e capacidade de atualização; previsão de suporte e garantia de longo prazo.
6.2	Vulnerabilidades de Segurança Cibernética	O sistema de CFTV e controle de acesso apresenta vulnerabilidades que podem ser exploradas por terceiros, comprometendo a segurança do Porto.	CONTRATADA	ALTO	MÉDIA	Exigência de soluções com certificações de segurança; testes de penetração e vulnerabilidade; previsão de atualizações de segurança e patches.
6.3	Falhas de Software/Hardware	Erros de funcionamento ou falhas em componentes de software ou hardware, resultando em inoperabilidade do sistema.	CONTRATADA	MÉDIO	MÉDIA	Exigência de garantia robusta para equipamentos e software; plano de manutenção preventiva e corretiva; SLA de atendimento técnico.

6.4	Dificuldade de Manutenção e Suporte Futuro	Dificuldade em encontrar empresas ou obter suporte técnico para os equipamentos e sistemas após o término do contrato inicial.	APMC	MÉDIO	BAIXA	Previsão de contrato de manutenção e suporte no edital ou como item posterior; exigência de soluções de mercado com suporte disponível.
-----	--	--	------	-------	-------	---

Disposições Gerais:

Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Risco, a CONTRATADA deverá no prazo de 01(um) dia útil, informar à fiscalização sobre o ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada; as medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento quando houver; as medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem; as obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e, outras informações relevantes.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Saraiva Evaristo, Chefe da GUAPORAPMC**, em 04/08/2025, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10076528** e o código CRC **8FAA9F8D**.



Referência: Processo nº 50902.001205/2024-01



SEI nº 10076528

Sá e Albuquerque, s/n, - Bairro Jaraguá
Maceió/AL, CEP 57025-180
Telefone: